



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



PARECER JURÍDICO N.º 14/2026

**EMENTA: ADMINISTRATIVO.
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
02/2022, CELEBRADO ENTRE O CRF/SE
E A EMPRESA NC SECURITY TECH
LTDA.**

INTERESSADO: CRF/SE

PROCESSO: 04/2022

**OBJETO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 02/2022, CELEBRADO
ENTRE O CRF/SE E A EMPRESA NC SECURITY TECH LTDA.**

Trata-se de pedido de parecer jurídico, acerca da possibilidade legal de prorrogação do prazo de vigência e alteração da razão social da empresa de acordo com o ato construtivo apresentado, celebrado entre o CRF/SE e a empresa NC SECURITY TECH LTDA., cujo objeto do contrato é a prestação de serviços contínuos de segurança eletrônica para a sede do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe conforme condições estabelecidas no termo de referência da contratação do processo administrativo nº 04/2022, bem como do termo de aceite de prorrogação contratual, apresentada pela contratada.

Acostam ao respectivo processo:

- a) Solicitação de renovação contratual com a devida justificativa;
- b) Despacho do Presidente para autorizando a formalização do processo de renovação;
- c) Disponibilidade orçamentária;
- d) Proposta orçamentária e atestado de exclusividade;
- e) Despacho da comissão de licitação;
- f) Certidões negativas da contratada;
- g) Minuta do 5º termo aditivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações.

O contrato originário foi objeto de 3 termos aditivos de prorrogação de prazo, sem alteração de valor. Nesta oportunidade se pretende firmar mais um aditivo contratual, igualmente, de renovação de prazo sem alteração de valor, de modo que permanecerão inalteradas com as obrigações originalmente pactuadas.

Para o presente exercício, a empresa contratada manifesta interesse na continuidade da contratação, por mais 12 (doze) meses, igualmente ao ano anterior, sem nenhum acréscimo contratual.

O CRF/SE manifesta interesse na continuidade e comprova haver dotação/disponibilidade orçamentária para custear a referida despesa.

O contrato n.º 02/2022, em sua Cláusula 2ª, consigna que o prazo de vigência dos serviços contratados poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma prevista no art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a critério do CRF/SE. Com relação ao valor, mantém-se as disposições originalmente pactuadas.

Sobre a questão, assim dispõe o inciso II, do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(Destaque nosso)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, externado no Acórdão nº 766/2010, as características necessárias para que um serviço seja considerado contínuo são: (i) essencialidade; (ii) execução de forma contínua; (iii) de longa duração; e (iv) possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço.

A essencialidade do serviço como requisito para configurá-lo como contínuo deve ser vista *cum grano salis*, já que não é a importância do serviço em si, mas a necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço que o qualifica como contínuo.

Assim, pode-se afirmar que o que caracteriza a continuidade de um determinado serviço é seu caráter de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou manter o funcionamento das atividades do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Em sentido próximo: TCU - Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara).

Tendo a Administração classificado o presente serviço como continuado, é possível proceder a análise da presente prorrogação. A adoção da prorrogação relaciona-se com dois motivos preponderantes.

O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de atendimento ao interesse público. A demanda permanente de atuação do particular produziria uma espécie de trauma na transição de um contrato para outro. Se a contratação fosse pactuada por períodos curtos, haveria ampliação do risco de problemas na contratação posterior. Isso significaria, ademais, o constrangimento à realização de licitação permanentemente. Acabaria por multiplicar-se o custo da Administração (JUSTEN FILHO, Marçal. Op. cit. Pp. 485-6).

O segundo motivo é o da previsibilidade de recursos orçamentários. A lei presume a disponibilidade de recursos para custeio dos encargos contratuais. Tanto mais porque os contratos de prestação de serviços não usam montantes que possam afetar as disponibilidades orçamentárias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



No que diz respeito à demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:

26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.

Some-se a isso, a manifestação positiva da contratada a respeito do interesse em prorrogar o contrato em tela. E como já pontuado há também o interesse do CRF/SE na manutenção da avença e favorável à prorrogação contratual e a devida justificativa da necessidade de prorrogação do contrato.

Aos autos foram juntados documentos que procuram comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como a demonstrar a manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas.

No que diz respeito à alocação de recursos orçamentários, o artigo 14, da Lei 8.666/93 aduz que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento. Igual disposição é albergada no artigo 7º da mesma lei, no que toca às hipóteses de obras e serviços, situação que é repetida no caput do artigo 38 do referido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



diploma normativo, confirma-se nos autos há existência de declaração de recursos financeiros, com menção à rubrica orçamentária correspondente (6.2.2.1.1.01.04.04.005.022 – **Outros Serviços Prestados por Pessoa Jurídica**), cujo valor da despesa já está devidamente empenhado.

EX POSITIS, considerando os argumentos acima elencados e aliados aos preceitos legais aplicáveis a espécie, opinamos pela **VIABILIDADE JURÍDICA** de firmar o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 02/2022, celebrado com a empresa **NC SECURITY TECH LTDA. (21.672.816/0001-31)**, com base nas informações técnicas elaboradas pelo setor competente, devendo manter incólumes as demais cláusulas contratuais, apenas ressalvando que a veracidade dos fatos e documentos constantes nos autos é de inteira responsabilidade dos agentes que os firmaram.

É o parecer, *S.M.J.*

Aracaju/SE, 07 de maio de 2026.

Patrícia de Moura Melo
Advogada do CRF/SE
OAB/SE 4.586